



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE DESIGNAÇÃO EXCEPCIONAL
DE CRUZ ALTA/RS

PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO SUPERIOR — DIREITO

EDITAL N.º 02/2022 - CRUZ ALTA/RS

A Promotora de Justiça Vanessa Casarin Schütz, 1ª Promotora de Justiça Cível de Cruz Alta/RS, responsável pela seleção, dentro das atribuições que lhe conferem o Provimento n.º 66/2011 da PGJ-RS e com base no regulamento do Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul **RESOLVE:**

TORNAR PÚBLICO que estarão abertas as inscrições para o processo seletivo de estagiários de nível superior do curso de Direito para atuarem junto à **Promotoria de Justiça de Designação Excepcional n.º 30, com possibilidade de aproveitamento para preenchimento de vagas em outras Promotorias de Justiça.**

1. DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PREVISTO

Cronograma de Atividades	Datas Previstas
Período de inscrições	25/07/2022 a 04/08/2022
Publicação da homologação das inscrições e divulgação do local de realização das provas	05/08/2022
Aplicação da prova de redação e entrevista	08/08/2022
Publicação do resultado e da classificação final	09/08/2022

1.1 Todas as instruções e avisos relativos ao presente processo seletivo serão divulgados por meio de Edital na entrada do prédio sede da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, localizada na Rua Voluntários da Pátria, n.º 729, Centro, Cruz Alta - RS.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO**

1.2 As datas constantes no cronograma de atividades poderão ser modificadas mediante prévio aviso, por meio de Edital, disponibilizado no endereço mencionado no item anterior, e no endereço eletrônico: <https://www.mprs.mp.br/concursos/estagiario/comarca/34>;

2. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

2.1 Poderão participar do presente Processo Seletivo somente os alunos devidamente matriculados no curso de Ciências Jurídicas e Sociais ou Direito de instituições de ensino devidamente conveniadas com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul;

2.1.1 A relação completa das instituições de ensino conveniadas encontra-se disponível no local de inscrições e no sítio do Ministério Público na internet (www.mprs.mp.br/estagios);

2.2 O candidato deverá estar devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, bem como possuir, no mínimo, 16 (dezesesseis) anos de idade e estar cursando, no mínimo, o 3º semestre do curso, e no máximo, o 7º semestre do curso.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 Estão abertas as inscrições para o processo seletivo público para estagiário bolsista da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, entre os dias 25/07/2022 a 04/08/2022;

3.1.1 O prazo de inscrição, a critério exclusivo da Promotora de Justiça responsável, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, sendo que tal decisão, caso ocorra, será comunicada com a publicação de novo edital;

3.2 Para efetivar a inscrição o interessado deve entregar na sede da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, durante o prazo para inscrições, os seguintes documentos:

3.2.1 Formulário de inscrição devidamente preenchido;

3.2.2 Cópia do documento oficial de identidade com foto;

3.3 No ato da inscrição o candidato deverá indicar o turno no qual pretende realizar o estágio;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO**

3.4 Serão aceitas inscrições por procuração, sem a necessidade de reconhecimento de firma, assumindo o candidato total responsabilidade pelas informações prestadas pelo seu procurador;

3.5 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização da prova deverá declara-lo no Formulário Padrão de Inscrição, no espaço reservado para esse fim, para que sejam tomadas as providências necessárias com antecedência;

3.6 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico (e-mail) e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários;

3.7 A inscrição implicará conhecimento das normas regentes do presente certame e aceitação das regras e condições de sua realização.

4. DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

4.1 O presente processo seletivo destina-se ao preenchimento de 01(uma) vaga de estágio para estudantes do curso de Direito, bem como à formação de cadastro reserva durante o seu período de vigência;

4.2 A carga horária do estágio é de 30 (trinta) horas semanais, cumpridas no turno da manhã e da tarde;

4.3 O valor a ser pago a título de bolsa-auxílio, por hora efetivamente comprovada, é de R\$ 6,41 (seis reais e quarenta e um centavos), acrescido de auxílio-alimentação, à razão de R\$ 11,00 (onze reais) e auxílio-transporte, à razão de R\$ 9,60 (nove reais e sessenta centavos), ambos por dia de efetivo exercício do estágio, a serem pagos juntamente com a bolsa-auxílio do período.

5. DA PROVA E DA ENTREVISTA

5.1 O processo seletivo será realizado, preferencialmente, na data constante no Cronograma de Atividades e será aplicado a todos os candidatos que tenham suas inscrições homologadas;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO**

5.2 A prova dissertativa valerá 70 (setenta) pontos da nota final, abordando assunto relacionado a um dos temas previstos no item 6 deste edital. Após, os candidatos serão chamados para realização de entrevista pessoal, no valor de 30 (trinta) pontos;

5.3 A prova dissertativa será realizada, preferencialmente, no dia 08/08/2022, das 08h30min às 10h30min, na Promotoria de Justiça de Cruz Alta, enquanto que a entrevista pessoal será realizada, no mesmo local, no dia 08/08/2022, das 11 às 12 horas e, em sendo necessário, das 14 às 16 horas;

5.4 O tempo de realização da prova escrita será de 02 horas e o candidato deverá apresentar-se portando documento oficial de identidade com foto, caneta esferográfica de tinta azul ou preta;

5.5 Durante a realização da prova não será permitida consulta a obras de qualquer espécie, tampouco a material eletrônico;

5.6 As entrevistas serão realizadas após a conclusão da prova escrita, por ordem de saída da sala;

6. DO PROGRAMA

6.1 Lei n.º 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais);

6.2 Lei n.º 7.210/84 (Lei de Execução Penal).

7. DA CLASSIFICAÇÃO E DO RESULTADO

7.1 Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem aproveitamento igual ou superior a 50% cinquenta por cento do total de pontos.

7.2 A classificação será efetuada por ordem decrescente do total de pontos (nota da prova dissertativa e entrevista) obtidos pelos candidatos, com indicação do turno optado;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO**

7.3 Em caso de empate na classificação, terá preferência o candidato de maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento;

7.4 O resultado final do processo seletivo será divulgado no local indicado no item 1.1 na data prevista no Cronograma de Atividades;

8. DA CONVOCAÇÃO

8.1 A convocação será realizada por meio do e-mail e contato telefônico informados pelo candidato no momento da inscrição, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação;

8.1.1 É responsabilidade do candidato comunicar, por meio escrito, a alteração do endereço eletrônico (e-mail) ou do contato telefônico sob pena de desclassificação do processo seletivo decorrente do não atendimento à convocação formulada por meio do citado endereço eletrônico;

8.2 O candidato convocado deverá comparecer no local informado no ato de convocação nos 5 (cinco) dias subsequentes à data de encaminhamento do e-mail de convocação mencionado no item anterior, para manifestar seu interesse pela vaga. Após, transcorrido esse prazo, o candidato será considerado desistente do processo seletivo;

8.3 No caso do candidato convocado não atender ao disposto no item anterior ou, se atender, recusar a vaga, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação;

9. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

9.1 Para investidura no Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o candidato deverá:

9.1.1 estar regularmente matriculado em instituição de ensino credenciada pelo Ministério Público;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO**

9.1.2 possuir idade mínima de 16 (dezesseis) anos completos;

9.1.3 apresentar certidão negativa criminal da Justiça Comum Estadual e Federal, quando maior de 18 (dezoito) anos;

9.1.4 comprovar, por meio de atestado médico, a aptidão para o desempenho do estágio, conforme determina o art. 16 da Resolução n.º 42 do CNMP;

9.1.5 não ter esgotado o tempo máximo de estágio no âmbito do Ministério Público, no caso da readmissão de estudante;

9.1.6 não estar exercendo atividades relacionadas com a advocacia e com funções judiciárias e policiais, bem como atividades de juiz leigo e de conciliador dos Juizados Especiais;

9.1.7 inexistir impedimento por parte da instituição de ensino à prática do estágio curricular;

9.2 É vedada ao estagiário a realização de estágio sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Ministério Público ou a servidor investido em cargo de assessoramento, chefia e direção que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, inclusive.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1 A aprovação não gera direito à contratação do candidato, podendo ser realizada, ou não, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade, a critério do responsável pelo processo seletivo, observada sempre a disponibilidade de vaga;

10.2 A contratação, sem vínculo empregatício, dar-se-á com a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, firmado entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o estagiário e a instituição de ensino conveniada;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO**

10.3 Documentos a serem apresentados para o ingresso no Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul:

10.3.1 Formulário Cadastral, nos termos do modelo constante no ANEXO III do Provimento n.º 72/2009-PGJ-RS;

10.3.2 Atestados de matrícula e semestralidade, originais e atualizados, fornecidos pela instituição de ensino;

10.3.3 Documento original fornecido pela instituição de ensino, informando a relação das disciplinas matriculadas;

10.3.4 Formulário de Declaração de Conta-corrente no Banrisul, nos termos do modelo apresentado no ANEXO IV do Provimento n.º 72/2009-PGJ-RS;

10.3.5 Certidão negativa criminal da Justiça Comum Estadual e Federal, para estudante maior de 18 (dezoito) anos;

10.3.6 Fotocópia do documento oficial de identidade;

10.3.7 Fotocópia do CPF;

10.3.8 Formulário de Declaração de Bens, nos termos do modelo constante no ANEXO V do Provimento n.º 72/2009-PGJ-RS;

10.3.9 Atestado médico que comprove a aptidão para a realização do estágio;

10.3.10 Uma (01) foto 3x4 recente;

10.3.11 Fotocópia do documento oficial de identidade do responsável legal, para estudante menor de 18 (dezoito) anos;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO**

10.4 Os documentos referidos nos itens “10.3.1”, “10.3.2”, “10.3.3”, “10.3.4”, “10.3.5”, “10.3.8” e “10.3.9” somente serão aceitos se originais, sendo vedada a apresentação de documentos emitidos pela Internet, salvo aqueles que possuam código de autenticidade eletrônica;

10.5 Os documentos mencionados nos itens “10.3.1”, “10.3.4” e “10.3.8” deverão ser firmados pelo responsável legal do estudante menor de 18 (dezoito) anos, cuja identificação será comprovada por meio do documento solicitado no item “10.3.11”;

10.6 Os formulários citados no item 10.3 serão fornecidos pelo responsável pelo processo seletivo no momento da contratação;

10.7 A não apresentação de qualquer um dos documentos relacionados no item 9.3, a incompatibilidade destes com as informações prestadas no Formulário Padrão de Inscrição ou o não cumprimento dos requisitos previstos no item 9.1, levará a eliminação do candidato do processo seletivo;

10.8 Será considerado desistente o candidato convocado que não apresentar os documentos mencionados no item 10.3 no prazo de 5 (cinco) dias da manifestação do interesse pela vaga;

10.9 Transcorrido o prazo estabelecido no item anterior, sem a apresentação dos documentos solicitados, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.

11 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as instruções, convocações e avisos relativos ao presente processo seletivo;

11.2 A aprovação e a classificação nesse processo seletivo geram para o candidato apenas expectativa de direito à contratação;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO**

11.3 Os casos omissos serão dirimidos com a apresentação de requerimento escrito dirigido ao responsável pelo processo seletivo;

11.4 A resolução do caso omissos questionado será publicada, no prazo de 03 dias, por meio de aviso no local de costume na sede da Promotoria de Justiça de Cruz Alta.

12. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

12.1 - O presente Processo Seletivo tem validade de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do resultado final.

Cruz Alta, 21 de julho de 2022.

Vanessa Casarin Schütz,

1ª Promotora de Justiça Cível de Cruz Alta/RS,
Responsável pelo Processo Seletivo.